



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Mestre em teoria econômica pela FEA-USP,
é economista-sênior da LCA Consultores e
pesquisador-associado do FGV IBRE



Um ajuste por um equilíbrio mais saudável

Proposta do FMI prevê superávit primário de 2,5% do PIB em 2031

O FMI acabou de publicar uma versão atualizada do relatório Artigo IV sobre o Brasil. Trata-se de uma publicação que é atualizada anualmente e que faz um amplo diagnóstico da economia, apresentando também projeções de médio prazo para os principais agregados macroeconômicos.

Nessa edição mais recente, um exercício em particular me chamou a atenção: são simulações dos vários efeitos macroeconômicos resultantes da implementação do pacote de consolidação fiscal recomendado pelo FMI, que levaria o resultado primário do setor público brasileiro de um déficit de cerca de 0,5% do PIB em 2025 para um superávit de mesma magnitude já em 2027, atingindo um resultado positivo de cerca de 2,5% do PIB em 2031.

Ou seja: trata-se de um ajuste

fiscal de cerca de 3 pontos percentuais do PIB, executado ao longo de cinco anos, que seria obtido tanto com medidas pelo lado das despesas como pelo lado das receitas (sobretudo a redução de gastos tributários e uso das receitas petrolíferas).

Eu e meu colega do FGV Ibre Manoel Pires elencamos, em um documento publicado há algumas semanas, um conjunto amplo de medidas que poderia viabilizar esse plano. As simulações apontam que o impacto desse ajuste seria contracionista nos primeiros dois anos, mas sem gerar uma recessão – uma vez que o ajuste seria compensado por juros mais baixos.

Na medida em que as estimativas do FMI apontam para um hiato do produto positivo em cerca de 0,5 ponto percentual em

2026 – ou seja, uma economia com algum grau de superaquecimento –, esse ajuste fiscal seria bastante oportuno, ajudando a trazer a economia brasileira para mais perto da situação de pleno emprego.

Convém notar que, nas estimativas do FMI, essa situação de pleno emprego corresponderia a uma taxa de crescimento do PIB (potencial) de cerca de 2,5% ao ano (acima dos 2% a.a. estimados por boa parte dos analistas, ao incorporar os efeitos da reforma tributária aprovada em 2023, que será implementada entre 2027 e 2033) e a uma taxa de desemprego algo acima dos 7% da força de trabalho.

Ao esfriar a economia e gerar alguma valorização da taxa de câmbio, esse ajuste fiscal também reduziria a inflação, gerando

espaço para redução adicional da taxa de juros de curto prazo, a Selic, que poderia se aproximar dos 7% ao ano até o final da década atual – metade do nível atual.

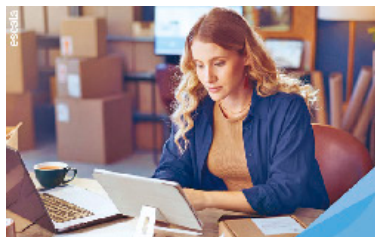
O ajuste também reduziria as taxas de juros de longo prazo: desde 2021/22, os juros cobrados nos títulos de 10 anos brasileiros estão correndo cerca de 10 pontos percentuais acima dos equivalentes norte-americanos, um prêmio excessivamente elevado, aproximadamente o dobro daquele observado em 2018/19.

Por fim, a dívida pública brasileira – que, na ausência de um ajuste fiscal, tenderia a passar dos 80% do PIB atuais para mais de 100% até o final da década atual – se estabilizaria em cerca de 90% nos próximos anos e passaria a recuar no médio prazo.

Portanto, essas simulações

indicam que um ajuste fiscal tenderia a gerar um equilíbrio macroeconômico mais saudável para a economia brasileira, com juros reais muito mais baixos e um endividamento público estável (ainda que em patamar elevado).

Essa é a principal agenda para 2027, seja porque o endividamento público brasileiro hoje já é muito elevado para um país emergente (o que vem se traduzindo em prêmios crescentes cobrados nos títulos públicos), seja porque o ambiente internacional mudou abruptamente de 2023 em diante. Na média 2016-2022, o juro de 10 anos dos títulos dos EUA – que correspondem a um piso para nossos juros – foi de cerca de 2% a.a. em termos nominais; desde 2023 essa taxa tem se situado mais perto dos 4,5% a.a.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa?
Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Codesul reafirma posição contrária à renovação da concessão da Malha Sul

/LOGÍSTICA

O Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) participará das próximas audiências públicas promovidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para discutir a proposta de nova concessão da Malha Sul ferroviária. Conforme nota da entidade, em todas as etapas presenciais, representantes dos quatro estados participantes do Conselho (Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) estarão “mobilizados para reiterar a posição contrária ao modelo apresentado pelo governo federal e defender uma alternativa que assegure a recuperação, modernização e expansão da infraestrutura ferroviária da região”.

Depois de um encontro realizado em 16 de julho, em Brasília, mais três sessões da audiência pública foram marcadas para discutir, em Curitiba (PR), Florianópolis

(SC) e Porto Alegre, a nova concessão da Malha Sul ferroviária. Na capital gaúcha, a reunião ocorrerá amanhã, às 9h, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

Durante os encontros, o Codesul, segundo comunicado do Conselho, voltará a “defender que a atual proposta de concessão não atende às necessidades dos estados do Sul e de Mato Grosso do Sul, perpetuando um modelo que, ao longo das últimas décadas, resultou no abandono de importantes trechos ferroviários e comprometeu a competitividade regional”.

O coordenador do Grupo de Trabalho Ferrovias do Codesul, Beto Martins, afirma que as audiências públicas representam uma oportunidade para que os estados demonstrem, de forma unificada, que a região não aceita a renovação da concessão nos moldes propostos.



Nova concessão da ferrovia será discutida amanhã em audiência pública promovida na capital gaúcha

“O Codesul defenderá mais uma vez que o governo federal interrompa esse processo e construa uma solução capaz de recuperar a Malha Sul e atender às demandas do setor produtivo e da população dos quatro estados. Não podemos

repetir os erros do passado.”

Como parte dessa estratégia, o Codesul e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) contrataram um estudo técnico especializado para elaborar uma proposta alternativa para

a Malha Sul Ampliada, abrangendo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. O trabalho servirá de base para uma modelagem que priorize investimentos, eficiência logística e desenvolvimento regional.

TÂNIA MEINERZ/JC